

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA PELO TRT DA 24ª REGIÃO,
COM A FINALIDADE DE APRESENTAR E DISCUTIR AS PROPOSTAS DE
METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO PARA O ANO DE 2024 NO
ÂMBITO DA JUSTIÇA DO TRABALHO.**

Às dez horas do dia vinte e três do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três no **Complexo Multiuso I, Auditório 1 - Prof. Dercir Pedro de Oliveira, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS**, foi realizada Audiência Pública sob a presidência do **DESEMBARGADOR JOÃO MARCELO BALSANELLI**, com a participação de inúmeras pessoas convidadas e representantes de outras instituições, conforme a lista de presença anexa. O edital de convocação para a audiência pública (EDITAL TRT/GP/N. 1/2023), foi disponibilizado no DEJT do dia 15/06/2023, quinta-feira, Edição n. 3744/2023, p. 3. O Desembargador do Trabalho que presidiu a audiência deu início aos trabalhos cumprimentando as pessoas presentes e destacou a representação de várias instituições, tais como: Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/MS), Ministério Público do Trabalho (MPT/MS), Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 24ª Região (Amatra XXIV), Associação dos Advogados Trabalhistas de Mato Grosso do Sul – AAT/MS, FIEMS, UFMS, representantes da comunidade acadêmica, dentre outras. Após, o Desembargador do Trabalho esclareceu que a Audiência Pública tinha como objetivo apresentar as metas de desempenho do TRT da 24ª Região e coletar sugestões de magistrados, servidores, associações de classe e cidadãos em geral acerca dos indicadores e metas propostas pelo CNJ para a Justiça do Trabalho para o ano de 2024. Na sequência, passou-se a palavra ao Secretário de Governança e Gestão Estratégica do Tribunal, José Silva Barbosa, que apresentou um detalhamento das metas propostas, bem como a situação atual do TRT da 24ª Região, em relação ao cumprimento das metas estabelecidas para o ano de 2022. Na apresentação foi possível constatar que o TRT da 24ª Região cumpriu 100% (cem por cento) das Metas Nacionais estabelecidas para o ano de 2022, estando entre os 4 (quatro) tribunais do país que obtiveram o melhor desempenho. Destacou que para o ano de 2024 o CNJ sugere a manutenção das Metas 1 e 3 e a reformulação das Metas 2 e 5, as quais, mesmo com a reformulação nos moldes propostos, serão de cumprimento plenamente possível pelo TRT da 24ª Região, se mantiver os índices que já vem apresentando. Ao final da exposição, levantou as seguintes reflexões: - O monitoramento das metas contribuirá para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional? - A reformulação das metas nacionais para 2024 contribuirá com a melhoria dos tribunais? - As metas propostas vão contribuir para a melhoria do TRT da 24ª Região? Feitas tais considerações, abriu-se a palavra aos participantes da audiência pública. A Juíza do Trabalho Substituta, Priscila Rocha Margarido Mirault, presidente da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho – AMATRA XXIV, manifestou-se pontuando que na condição de presidente da AMATRA chegamos a críticas dos magistrados no sentido de que as metas estabelecidas preocupam-se mais com a obtenção de resultados numéricos do que com a



reversão do resultado para a sociedade. Sustentou que as metas do CNJ devem visar a eficiência na entrega da prestação jurisdicional e no proveito voltado à sociedade, devendo o Poder Judiciário avaliar cada processo como uma vida e não como um número. Apontou preocupação com a meta que se refere à conciliação, consignando que o que deve ser levado em consideração é se o acordo é justo, efetivo e razoável, para que a análise não seja limitada ao número de conciliações realizadas. Ressaltou que a fixação de metas cuja avaliação dá-se apenas pelos resultados numéricos têm pontos sensíveis e pode trazer prejuízo, dentre os quais: - excesso de competitividade entre magistrados; - priorização de soluções rápidas, em detrimento da qualidade das decisões; - danos à saúde mental dos juízes, ante o sentimento de desvalorização e da cobrança excessiva. Por outro lado, salientou que há metas positivas, como a Meta 2, mas que precisam de nova forma de avaliação, levando-se em conta critérios mais específicos como a distribuição da força de trabalho. Sugeriu, enfim, que o incentivo à competitividade seja substituído pela valorização de boas práticas e que as metas sejam avaliadas considerando as particularidades do TRT24 e não apenas os números. A presidente da Comissão de Advocacia Trabalhista da OAB/MS, Camila Marques Covre, manifestou-se no sentido de que é admirável a existência de metas a serem cumpridas, porém, apesar de importantes, há certo receio entre os advogados de que as metas visem apenas números, deixando de observar as peculiaridades do tribunal, o que pode levar à menor qualidade nas decisões. Consignou que é visível que a magistratura é sobrecarregada e isso reflete nos julgamentos. Assim, sugeriu que na estipulação das metas seja observado o contexto fático do tribunal para que as metas sejam individualizadas. O presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas de MS, Diego Granzotto, sustentou que a Justiça do Trabalho vem sendo enfraquecida ao longo dos anos e especialmente pelas últimas decisões do STF, de modo que a manutenção das competências da Justiça do Trabalho deve ser uma grande meta a ser alcançada. Igualmente, o fortalecimento do direito do trabalho, das suas instituições e dos advogados trabalhistas deve ser tido como meta. Ressaltou que o TRT da 24ª Região é um exemplo no que diz respeito ao cumprimento de metas, mas é importante que a Justiça do Trabalho seja mais valorizada, passe a olhar com olhos mais carinhosos para a vida dos trabalhadores e busque a valorização do direito do trabalho junto aos órgãos superiores. A procuradora-chefe do MPT da 24ª Região, Cândice Gabriela Arosio, manifestou-se asseverando que a prestação do serviço jurisdicional deve ser demonstrada ao público e que percebe empenho dos presidentes do TRT em entregar bons resultados à sociedade. Lembrou que a Justiça do Trabalho, mesmo em tempos de mudança, observou prazos e fez a devida entrega da prestação jurisdicional. Destacou que a Justiça do Trabalho tem especial preocupação com as ações civis públicas, para que sejam processadas e julgadas no tempo correto. Por fim, afirmou que o MPT está sempre ladeando a Justiça do Trabalho nos temas afetos à sociedade. O acadêmico universitário da UCDB, Djalma Frison Júnior, questionou se as Metas 1 e 2 não deveriam ser estipuladas como obrigação do tribunal. O presidente do TRT da 24ª Região, João Marcelo Balsanelli, em resposta ao questionamento, afirmou que as metas devem ser observadas, embora não haja uma punição. Enfatizou que as metas não têm caráter obrigatório no sentido de imposição, mas há obrigação moral de cumprimento para o proveito da sociedade. A conselheira estadual da OAB/MS, Natália Feitosa Beltrão de Moraes, representando o presidente da OAB/MS, Bitto



Pereira, fez as seguintes considerações: os advogados têm uma nítida noção de que o TRT da 24ª Região é, de fato, célere, ágil, efetivo e justo. A OAB recebe reivindicações da advocacia, mas é muito raro receber reclamações quanto à demora da entrega jurisdicional no TRT24. Os números apresentados, os quais desconhecia, só reforçam o entendimento de que o tribunal é ágil. Consignou que deve haver um olhar humano quanto às metas, mas não se pode descuidar da entrega de números e resultados. Assim, defendeu que as metas são válidas para que a entrega de resultados possa sempre melhorar. Quanto às metas de 2024, acredita que o TRT da 24ª Região as cumprirá, mantendo-se motivado a entregar os melhores resultados à sociedade. A servidora Neurennes Vieira Fernandes, dirigindo-se especialmente aos estudantes presentes, e complementando a resposta ao acadêmico Djalma, reforçou que conceitualmente as metas são estabelecidas com o objetivo de medir desempenho. De fato, é obrigação do tribunal julgar os processos. Mas o estabelecimento de metas visa trazer medição do trabalho e do desempenho. Em seguida, cumprimentou-se a todos agradecendo a presença e participação, dando por encerrada a audiência pública. Nada mais havendo a tratar foi lavrada a presente ata, anexando-se a lista de presença desta Audiência Pública que encerrou-se às onze horas e trinta minutos. Eu, Aline de Matos Batista Fernandes, Chefe do Setor de Apoio da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica, que digitei e subscrevo.

Aline de Matos Batista Fernandes
Chefe do Setor de Apoio à SGGE



AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA PELO TRT DA 24ª REGIÃO, COM A FINALIDADE DE APRESENTAR E DISCUTIR AS PROPOSTAS DE METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO PARA O ANO DE 2024 NO ÂMBITO DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

Data: 23.06.2023, às 10h

Local: Complexo Multiuso I, Auditório 1 - Prof. Dercir Pedro de Oliveira, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS

AUTORIDADES REGISTRADAS:

- Desembargador Presidente do TRT24 João Marcelo Balsanelli
- Desembargador do Trabalho André Luiz Moraes de Oliveira
- Procuradora-Chefe do MPT24 Cândice Gabriela Arosio
- Natália Feitosa Beltrão de Moraes – Conselheira Estadual da OAB/MS – representando o Presidente advogado Bitto Pereira
- Juiz do Trabalho Flávio da Costa Higa
- Juíza do Trabalho Priscila Rocha Margarido Mirault – Presidente da Amatra24
- Vladimir Silveira – Coordenador do Programa em Mestrado de Direito da UFMS
- Manuela Fornari Balduino – representante da FIEMS
- Fernando Lopes Nogueira – Diretor da Faculdade de Direito da UFMS – representando o Reitor Marcelo Turine
- Camila Marques Covre - Presidente da Comissão de Advocacia Trabalhista da OAB/MS
- Diego Granzotto - Presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas De MS
- Cláudia Giseli Vilela Marques – Secretária-Geral da Presidência do TRT24
- Maria Leonor Rocha – Secretária-Geral Judiciária do TRT24
- Alencar Minoru Izumi – Diretor-Geral do TRT24



**LISTA DE PRESENÇA NA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA DIA
23.6.2023 às 10h na UFMS**

Tema: RESULTADOS E METAS NACIONAIS PARA O ANO DE 2024 NO ÂMBITO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

	Nome Completo	Participante	Endereço de e-mail
1	Priscila Rocha Margarido Mirault	Magistrado(a)	pmargarido@trt24.jus.br
2	Mateus Cominetti	Servidor(a)	mcominetti@trt24.jus.br
3	Aline de Matos Batista Fernandes	Servidor(a)	abatista@trt24.jus.br
4	Bonifácio Tsunetame Higa Junior	Servidor(a)	bjunior@trt24.jus.br
5	Djalma Frison Junior	Estudante (acadêmico)	ra194206@ucdb.br
6	Neurenes Vieira Fernandes	Servidor(a)	nvieira@trt24.jus.br
7	Gerson Martins de Oliveira	Servidor(a)	goliveira@trt24.jus.br
8	Maria Leonor Rocha	Servidor(a)	mrocha@trt24.jus.br
9	GESSICA DAMASIO CABRAL	Servidor(a)	gcabral@trt24.jus.br
10	Igor Benites Cândido	Advogado(a)	igor.candido@sfiems.com.br
11	José Carlos de Souza Melo	Servidor(a)	jmelo@trt24.jus.br
12	Adriane Hidalgo Talarico Crivelente	Servidor(a)	acrivelente@trt24.jus.br
13	Manuela Berti Fornari Balduino	Representante Fiems	manuela.juridico@terra.com.br
14	Selzo Moreira Fernandes	Servidor(a)	sfernandes@trt24.jus.br
15	Claudia Giseli Vilela Marques	Servidor(a)	cvilala@trt24.jus.br
16	Alianete Rodrigues da Silva	Servidor(a)	arsilva@trt24.jus.br
17	Iamara de Oliveira Silva	Servidor(a)	iamaraosilva@gmail.com
18	Cecília Guimarães Barbosa	Outros	ceciguimaraes09@gmail.com
19	MARIA DE LOURDES MARTINS FR	Servidor(a)	mlfreitas@trt24.jus.br
20	Paula Fernanda Moreira Coelho	Servidor(a)	pcoelho@trt24.jus.br
21	Des. André Luís Moraes de Oliveira	Magistrado(a)	aoliveira@trt24.jus.br
22	Des. João Marcelo Balsanelli	Magistrado(a)	jbalsanelli@trt24.jus.br
23	FLAVIO DA COSTA HIGA	Magistrado(a)	fhiga@trt24.jus.br
24	Danielle Freire Silva de Souza	Servidor(a)	dfssouza@trt24.jus.br
25	Francisco das Chagas Brandão da Costa	Servidor(a)	fcosta@gmail.com
26	Gustavo Navarro Chaves	Estudante (acadêmico)	gistavo.chavea@ufms.br
27	Sâmi Rosa da Silva Aquino	Estudante (acadêmico)	sami.rosa@ufms.br
28	Marcela de Menezes Doria Albres	Servidor(a)	malbres@trt24.jus.br
29	Levi Lara Belão	Servidor(a)	levitrt@gmail.com
30	Marcia Aparecida Franchi de Santi	Servidor(a)	msanti@trt24.jus.br
31	Thalita de Faria Campos Correa	Servidor(a)	tcorrea@trt24.jus.br
32	Ricardo Rojo	Servidor(a)	rrojo@trt24.jus.br
33	Marinez Costa de Oliveira	Servidor(a)	macoliveira@trt24.jus.br
34	Gilberto Tuller Esposito	Servidor(a)	gesposito@trt24.jus.br
35	Cristhiano Karlo Moraes Sandim	Servidor(a)	csandim@trt24.jus.br
36	Miguel Henrique da Silveira Pacheco Filho	Estudante (acadêmico)	Miguel.henrique@ufms.br
37	Luís Gustavo Soares Galvão	Estudante (acadêmico)	gustavo.soares@ufms.br
38	Lucas Miyahira dos Santos	Estudante (acadêmico)	lucas.miyahira@gmail.com
39	João Fernando Pieri de Oliveira	Estudante (acadêmico)	joao.pieri@ufms.br
40	Pedro Paulo de Rezende Zárate	Estudante (acadêmico)	pprzarate@gmail.com
41	Julianne Elisa Moreira Lopes da Silva	Estudante (acadêmico)	silva.juliannelopes@gmail.com
42	Cristhyan Ribeiro Alves	Estudante (acadêmico)	cristhyan.alves@ufms.br
43	Kennya Gislaine Genobie	Estudante (acadêmico)	kennya.genobie@ufms.br
44	Claudia Aline de Paulo Lepeteur	Servidor(a)	clepesteur@trt24.jus.br
45	Boris Valerio Verbisck	Servidor(a)	bverbisck@trt24.jus.br
46	José Silva Barbosa	Servidor	jsbarbosa@trt24.jus.br
47	Cândice Gabriela Arosio	Procuradora Chefe do MPT24	
48	Natália Feitosa Beltrão de Moraes	Conselheira Estadual da OAB	
49	Vladimir Silveira	Coordenador do Programa de Mestrado de Direito da UFMS	
50	Fernando Lopes Nogueira	Diretor Faculdade Direito UFMS, repres. Reitor Marcelo Turine	
51	Camila Marques Covre	Presidente da Comissão de Advocacia Trabalhista da OAB-MS	
52	Diego Granzotto	Presidente da Associação dos Advogados Trabalhistas de MS	
53	Alencar Minoru Izumi	Diretor-Geral do TRT 24	

